

Estudo do Veto nº 4/2019

Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 124 de 2017
(nº 2.782 de 2015, na origem)

VETO TOTAL APOSTO “POR CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO”

Autoria do projeto:

- Deputado Vinicius Carvalho (PRB/SP)

Relatorias do projeto na Câmara:

- Deputado Delegado Edson Moreira (PR/MG) – CCJC
- Deputado Bruno Covas (PSDB/SP) – CDC
- Deputado Luiz Carlos Ramos (PSDC/RJ) – CDEICS

Relatorias do projeto no Senado:

- Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ) – CCJ
- Senador Armando Monteiro (PTB/PE) – CAE
- Senadora Ana Amélia (PP/RS) – CTFC

Ementa do projeto de lei vetado:

"Dispõe sobre o pagamento com cheque nos estabelecimentos comerciais e dá outras providências".

Assunto do Veto:

Pagamento com cheque em estabelecimentos comerciais

Estudo do Veto nº 4/2018

EXPLICAÇÃO		ASSUNTO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
04.19	<p>O Congresso Nacional decreta:</p> <p>Art. 1º Esta Lei disciplina a aceitação de cheque por estabelecimento comercial, bem como determina sanções ao seu descumprimento. (....)</p> <p>(ver avulso do veto, para o texto completo)</p>	Pagamento com cheque nos estabelecimentos comerciais	<p>Origem: Texto inicial.</p> <p>Justificativa: “[...] As condições para a aceitação de cheque não podem ser discriminatórias e não se pode tratar o consumidor de forma diferenciada, sob pena de ferir a igualdade nas contratações e a premissa de boa-fé contida no princípio expresso no inciso III do art. 4º do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.</p> <p>Nos termos do presente projeto de lei, o estabelecimento comercial que aceitar cheques como forma de pagamento somente poderá recusar o seu recebimento se o consumidor não for o próprio titular do título de crédito ou quando este estiver com o nome inscrito nos serviços de proteção ao crédito, a exemplo do Sistema de Proteção ao Crédito (SPC), mantido pela Clube de Diretores Lojistas (CDL), ou do SERASA. [...]”</p>	<p>“A recente legislação do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414, de 2011) possui o objetivo de embasar decisões de concessão de crédito com informações de adimplemento de operações financeiras e comerciais. Todavia, a propositura poderia representar entrave à disseminação dos potenciais benefícios da implementação em larga escala do Cadastro Positivo e trazer insegurança aos estabelecimentos comerciais.”</p> <p>Ouvidos os Ministérios da Economia e da Justiça e Segurança Pública.</p>